

## **Movimento Popular Planta e Vida de Rio Verde e Escola: possibilidades e desafios das práticas pedagógicas**

Luiza Ferreira Rezende de Medeiros<sup>1</sup>

Edinalva Barboza de Queiroz<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Busca-se compreender o Movimento Popular Planta e Vida de Rio Verde – MOPORV e as possibilidades e desafios das práticas pedagógicas tecidas neste movimento. Participaram da pesquisa cinco docentes do sexo feminino, vinculadas a escolas públicas e privadas, tempo médio de docência de 25 anos e que desenvolveram no ano de 2019 atividades pedagógicas no MOPORV. Foram realizadas entrevistas individuais e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os resultados das entrevistas foram organizados com base nos seguintes núcleos de sentidos: Núcleo 1 – Não é o MOPORV como movimento social, é o MOPORV dos remédios naturais; Núcleo 2 – O papel do MOPORV no processo ensino-aprendizagem; Núcleo 3 – Os movimentos sociais nas práticas pedagógicas e seus conflitos e seus desafios. Como resultado tem-se que as participantes conceberam o MOPORV em seu papel comercial e saber popular de plantas medicinais e naturais; as práticas pedagógicas realizadas centram-se nos aspectos biológicos relacionados às plantas, não observando o desenvolvimento de atividades transversais de diálogo histórico, social, político e ético. As participantes relataram desenvolver parcialmente a temática dos movimentos sociais e populares, uma vez que podem ser geradores de desgaste tanto entre colegas quanto com a direção acadêmica e

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UNB). Docente efetiva no Instituto Federal Goiano. Vice coordenadora do GT Trabalho e Saúde – ANPEPP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9049-0167>. E-mail : [luiza.medeiros@ifgoiano.edu.br](mailto:luiza.medeiros@ifgoiano.edu.br)

<sup>2</sup> Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente efetiva na Secretara Municipal de Educação do Rio Verde. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5261-7278> . E-mail: [edinalvaqueiroz@gmail.com](mailto:edinalvaqueiroz@gmail.com)

pais de alunos. Conclui-se que há necessidade de que as escolas problematizem suas práticas estabelecendo o diálogo com a sociedade, que fomentem os processos de ensino e aprendizagem com consciência crítica e que sejam espaços de gestão democrática e compartilhada pautadas na possibilidade de conscientização e transformação social.

**Palavras-chave:** movimentos sociais e populares; práticas pedagógicas; espaço de ensino aprendizagem.

## **Popular Plant and Life Movement of Rio Verde and School:** possibilities and challenges of pedagogical practices

### **ABSTRACT**

The present work seeks to understand the Popular Movement Plant and Life of Rio Verde - MOPORV and the possibility and challenges of pedagogical practices woven in this movement. Five female teachers participated in the study, linked to public and private schools, an average teaching time of 25 years and who developed pedagogical activities at MOPORV in 2019. Individual interviews were conducted and the project was approved by the research ethics committee. The results of the interviews were organized based on the nuclei of meanings entitled: Core 1 – Moporv is not as a social movement, it is the MOPORV of natural remedies; Core 2 - The role of MOPORV in the teaching-learning process; Core 3 - Social movements in educational practices and yours conflicts and challenges. As a result, it is expected that the participants conceive the MOPORV in its commercial role and popular knowledge of medicinal and natural plants; the pedagogical practices performed focus on biological and plant-related aspects, not observing the development of transversal activities and that dialogue with historical, social, political and moral aspects. The participants reported not developing the theme related to social and popular movements, since they can generate wear and tear among both colleagues and

academic management and parents of students. It is concluded that there is a need for schools to problematize their practices by establishing dialogue with society, that they foster teaching and learning processes with critical awareness and that are spaces of democratic and shared management, based on the possibility of awareness and social transformation.

**Keywords:** social and popular movements; pedagogical practices; teaching learning space.

## **Movimiento Popular Planta y Vida de Río Verde y Escuela:** posibilidades y desafíos de las prácticas pedagógicas

### **RESUMEN**

El presente trabajo busca comprender el Movimiento Popular Planta y Vida de Río Verde - MOPORV y la posibilidad y desafíos de las prácticas pedagógicas tejidas en este movimiento. En el estudio participaron cinco maestras, vinculadas a escuelas públicas y privadas, con un tiempo medio de docencia de 25 años y que desarrollaron actividades pedagógicas en MOPORV en 2019. Se realizaron entrevistas individuales y el proyecto fue aprobado por el comité de ética de la investigación. Los resultados de las entrevistas se organizaron en base a los núcleos de significados titulados: Core 1 – Moporv no es como movimiento social, es el MOPORV de remedios naturales; Núcleo 2 - El papel de MOPORV en el proceso de enseñanza-aprendizaje; Núcleo 3 - Movimientos sociales en las prácticas educativas e sus conflictos y sus desafíos. Como resultado, se espera que los participantes conciban el MOPORV en su papel comercial y conocimiento popular de las plantas medicinales y naturales; las prácticas pedagógicas realizadas se centran en aspectos biológicos y relacionados con las plantas, no observando el desarrollo de actividades transversales y que dialogan con aspectos históricos, sociales, políticos y morales. Los participantes reportaron no desarrollar el tema relacionado con los movimientos sociales y

populares, ya que pueden generar desgaste tanto entre colegas como directivos académicos y padres de alumnos. Se concluye que es necesario que las escuelas problematicen sus prácticas estableciendo un diálogo con la sociedad, que fomenten procesos de enseñanza y aprendizaje con conciencia crítica y que sean espacios de gestión democrática y compartida, basados en la posibilidad de sensibilización y transformación social.

**Palabras clave:** movimientos sociales y populares; prácticas pedagógicas; espacio de enseñanza aprendizaje.

## INTRODUÇÃO

Movimentos sociais constituem uma categoria analítica relevante cuja conceituação escapa a consensos, forjada por configurações da conjuntura econômica, política e social de cada época. Tais aspectos inserem essa categoria em um cenário em movimento. Com o acirramento dos processos de globalização os movimentos sociais tanto em contexto nacional quanto internacional, especialmente os que integram a América Latina, tendem a se diversificar e se complexificar. Melucci (2001) adverte que um movimento social é composto de naturezas diversas, por isso requer decompor sua aparente homogeneidade. Foi este aspecto que orientou a presente investigação, que situa-se na perspectiva de articulação das práticas pedagógicas da escola e os movimentos sociais, tendo por objetivo a compreensão do Movimento Popular Planta e Vida de Rio Verde e as possibilidades e desafios das práticas pedagógicas tecidas nesse movimento. Este movimento tem como características relevantes o plantio de plantas medicinais, a confecção de remédios naturais oriundos de saberes populares e a comercialização de remédios, constituindo em um espaço de formação educacional complementar na cidade em que se situa.

Importantes avanços nas pautas envolvendo a inter relação educação e movimentos sociais foram observados nas últimas décadas. Aspectos referenciados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação tais como a inclusão obrigatória no currículo oficial da rede

de ensino da temática história e cultura afro-brasileira, as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo e a Educação Inclusiva integram exemplos de materialização legal oriunda de fortes conquistas sociais, as quais sinalizam para significativos avanços na legislação educacional brasileira, embora ainda distante de patamares ideais.

No âmbito da educação Paulo Freire é um teórico imprescindível, que propõe uma viragem pedagógica na qual reconhece como protagonista a força dos movimentos populares, compreendendo-os como espaços singulares de educação popular, constrói na década de sessenta uma educação que rompia com padrões convencionados e conservadores. Conforme Paludo (2015):

A Educação Popular se firma em um período em que as análises teóricas salientavam que o Estado e a educação, notadamente a formal, reproduziam as relações econômicas e socioculturais, assim como em um contexto em que houve um avanço importante das ciências humanas e sociais para o entendimento das sociedades latino-americanas. Marcadamente, do ponto de vista das suas fontes teóricas, pode-se citar a teoria marxista; os autores latino-americanos, dentre os quais ganham destaque Martí e Mariátegui e, acima de todos, Paulo Freire, com o método de alfabetização de jovens e adultos e a formulação da "Pedagogia do Oprimido"; as matrizes da Teologia da Libertação; do sindicalismo; a indigenista; dos movimentos urbanos, rurais e comunitários; do socialismo; da revolução; das artes com o Teatro do Oprimido; e a da comunicação (PALUDO, 2015, p. 226).

Paulo Freire deixa o legado de uma concepção de educação com referências analíticas para gerações de pesquisadores educacionais que lhe sucederam. Sua proposta avança para além de um método ensinar pessoas a ler palavras, chamando a atenção para a leitura crítica e posicionamento político, aspectos a serem integrados por uma pedagogia implicada com a formação das classes populares. Para Braga, Santos e Ramos (2021) a relação da educação popular com os movimentos sociais populares remetem a olhar a

diversidade de movimentos sociais que, em suas lutas por direitos tais como a educação, a terra, a água, o trabalho, a saúde entre outros, firmando suas identidades e se reconhecendo enquanto agentes sociais em suas práticas coletivas e educativas. Especialmente no que se refere a educação realizada nos movimentos sociais rurais, há uma consistente literatura que aborda a educação no campo, perspectiva que não será desenvolvida na presente pesquisa, a qual se deterá nas práticas pedagógicas que podem ser exploradas a partir do tema movimentos sociais.

Gohn (2011) desenvolve amplos estudos buscando compreender a relação movimento social e educação as quais ocorrem a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais, engendrando aprendizagens e produção de saberes em outros espaços dos quais ela denomina de educação não formal. A autora destaca a junção movimento social e educação de duas formas, ou seja, na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. E pontua que os movimentos sociais são tradicionalmente objeto de análise, sobretudo nas ciências sociais, e recentemente observa-se que os educadores se ocuparam dos movimentos sociais enquanto

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

A autora ainda se compromete com uma concepção de educação desenvolvida em um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes que envolvem organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas em um processo não apenas pedagógico, mas social, político e cultural de formação para a cidadania, o que permite evidenciar o caráter

educativo dos movimentos sociais (GOHN, 2009). Seus estudos evidenciam pelo menos quatro dimensões do caráter educativo dos movimentos sociais: o da construção da cidadania, da organização política, da cultura política e da configuração do cenário sociopolítico e econômico. Almeida (2007) acrescenta a dimensão da subjetividade, para quem essa dimensão soma e alinha-se com as dimensões desenvolvidas por Gohn.

Para Streck (2006) os movimentos sociais constituem-se na atualidade em espaços privilegiados para alavancar o desenvolvimento de uma cidadania ativa e comprometida com as superações da exclusão social. O autor assinala que os movimentos sociais podem ser analisados como um espaço da educação sob duas óticas, no sentido de práticas pedagógicas que promovem em seu interior e pelo fator pedagógico para a sociedade em que se realizam. Chama a atenção para a inserção das práticas educativas no movimento da sociedade, contrariando a tendência de tornar o espaço pedagógico um lugar preservado dos conflitos e das tensões que existem na sociedade, e em consequência inócuo para a promoção de mudanças e inovações (STRECK, 2006).

O caráter educativo dos movimentos sociais apresenta-se para Cruz (2004) como forma de aprendizagem aos participantes das mobilizações, das organizações e dos movimentos em geral, com efeito pedagógico multiplicador que espalha ações coletivas mais abrangentes, colocando demandas específicas dentro e fora da instituição escolar, o que implica dizer que os movimentos sociais têm caráter educativo, percebido pelos sujeitos neles envolvidos e pela sociedade como um todo. O autor destaca que “[...] os resultados das situações de aprendizagem traduzem-se em modos e formas de construção da democracia” (CRUZ, 2004, p. 181), assinalando que é o caráter educativo dos movimentos sociais que os institui como inovação sociopolítica e como rede de produção e circulação do saber social.

Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se uma abordagem metodológica de caráter qualitativa e de natureza descritivo-exploratória, com utilização de análise documental e entrevistas como instrumentos para a coleta de dados. Na análise documental, estudou-se documentos que se referem à construção

histórica do MOPORV, como cartilhas e panfletos, e também documentos de orientações pedagógicas e curricular. Além de buscas em sites e outros meios eletrônicos que hospedam documentos para consulta pública.

Participaram da pesquisa cinco docentes, sendo três de escolas públicas e duas de escolas privadas, selecionadas de forma intencional, uma vez que foram recrutadas a partir das informações retiradas do livro de registros de visitação do MOPORV. Elas foram convidadas a participar de uma entrevista, a qual foi realizada individualmente após convite prévio e aceite registrado no termo de consentimento livre e esclarecido. A presente pesquisa foi aprovada pelo comit  de  tica em pesquisa sob o número CAAE 34587620.4.0000.0036.

Os resultados foram analisados com base na técnica de Análise do Núcleo de Sentido proposta por Mendes (2007), cuja proposta consiste em uma adapta o da análise de conteúdo categorial temática desenvolvida por Bardin (1977) que "busca o desmembramento do texto em unidades, em núcleos de sentido formados a partir da investiga o dos temas psicológicos sobressalentes do discurso" (MENDES, 2007, p.72). Trata-se de uma técnica de análise de textos produzidos pela comunica o/oral e ou escrita, utilizando procedimento sistemático, que envolvem defini o de critérios para análise e possibilitam o agrupamento do conteúdo latente e manifesto do texto, baseando-se na constru o de núcleos de sentido, concedendo suporte às interpreta es dos temas que são categorizados pelo critério de semelhança de significado semântico, lógico e psicológico. Segundo Mendes (2007), essa forma de análise tem se mostrado, por meio de pesquisas, uma forma eficaz de compreender os conteúdos latentes das falas dos entrevistados.

## **Análise e Discussão dos Resultados**

O perfil sociodemográfico das participantes está descrito no Quadro 1.

**Quadro 1** - Perfil sociodemográfico das participantes

Participante	Escolaridade	Tempo de docência	Tempo de docência na escola atual	Tipo de escola
1	Superior completo	25 anos	13 anos	Escola privada
2	Pós graduação lato senso	23 anos	13 anos	Escola privada
3	Pós graduação lato senso	27 anos	06 anos	Escola pública
4	Pós graduação Doutorado	14 anos	10 anos	Escola pública
5	Pós graduação lato senso	36 anos	03 anos	Escola pública

**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Nota-se que as participantes apresentam um elevado tempo de docência, em média 25 anos, sinalizando que são portadoras de experiência e conhecimento da prática docente, aspectos que evidenciam condições para avaliar adequadamente as questões formuladas. Com exceção de uma participante, as demais apresentam formação continuada em nível de pós-graduação.

Após a realização e transcrição das entrevistas, elas foram organizadas com base nos núcleos de sentido, os quais foram intitulados: Núcleo 1 – Não é o MOPORV como movimento social, é o MOPORV dos remédios naturais; Núcleo 2 – O papel do MOPORV no processo ensino-aprendizagem; Núcleo 3 – Os movimentos sociais nas práticas pedagógicas e seus conflitos e seus desafios. A descrição dos núcleos de sentido é detalhada a seguir.

Núcleo 1 – Não é o MOPORV como movimento social, é o MOPORV dos remédios naturais, nesse núcleo tem-se a compreensão do MOPORV pelas participantes da pesquisa. Assinalam que o MOPORV é um local que tem muitas plantas medicinais e remédios caseiros, constituindo um mercado popular, um tipo de farmácia. Configura um local muito importante para a cidade, tanto por ter uma variedade de plantas naturais quanto pela comercialização de

medicamentos naturais e de receitas oriundas de uma prática popular. A atribuição de sentido do MOPORV enquanto um movimento social é secundário prevalecendo o MOPORV como um mercado de comércio de produtos naturais.

Núcleo 2 – O papel do MOPORV no processo ensino-aprendizagem. Nesse núcleo tem-se a relevância do MOPORV para o desenvolvimento de projetos pedagógicos relacionados às plantas medicinais, possibilitando aos alunos o conhecimento dessas plantas *in loco* e por meio de projetos práticos. As participantes relatam que os movimentos sociais constituem atos educativos que contribuem para o desenvolvimento da criança ao possibilitar aos alunos extrapolar os muros da escola e poder desenvolver a capacidade crítica. Relatam a falta de tempo para idealizar um projeto melhor estruturado, o trabalho árduo que envolve a realização de projetos dessa natureza e, embora os projetos tenham uma avaliação muito boa quase deixam “estafadas” as docentes que os realizam.

Núcleo 3 – Os movimentos sociais nas práticas pedagógicas e seus conflitos e seus desafios. Nesse núcleo as participantes destacam o papel dos Movimentos Sociais na sociedade. Enfatizam que o trabalho sobre e com os movimentos sociais é tenso porque envolve muitas vezes concepções preconceituosas e equivocadas dos pais dos alunos e da sociedade em geral. As participantes muitas vezes sofrem discriminações do corpo acadêmico quando optam por desenvolver trabalho com essa temática. Assinalam que os movimentos sociais precisam fazer parte da construção do Projeto Política Pedagógico (PPP) da escola prezando o professor elaborar um projeto envolvendo essa temática, não sofrer retaliações ou ser taxado de defensor de algum partido político específico.

Com relação ao núcleo de sentido “Não é o MOPORV como movimento social, é o MOPORV dos remédios naturais”, tem-se a compreensão do conceito do MOPORV pelas participantes da pesquisa. A concepção transita entre um local que detém um cuidadoso plantel, com um quantitativo expressivo de plantas medicinais oriundas de saberes populares, e em consequência fórmulas tradicionais de remédios naturais e, é um local de comércio de remédios, se assemelhando a uma farmácia homeopática. Esse

aspecto evidenciado pelas participantes é contrastante com os pressupostos que historicamente estruturaram o MOPORV .

Gohn (2011) evidencia elementos que dão forma a um movimento social, tais como origem, composição, formas de luta, simbologia, conteúdos expressos nos documentos. Utilizando tais elementos, conforme cartilha do Movimento Popular Planta e Vida - MOPORV a fundação do MOPORV ocorre em 20 de fevereiro de 1991, a partir de encontros com lideranças que participavam de Comunidades Eclesiais de Base ligadas a Igreja Católica. Nesses encontros os participantes conheceram diversos modelos de organizações sociais de diferentes municípios do Estado de Goiás, estudaram e debateram sobre plantas medicinais, cuidados básicos com a saúde, alimentação natural e terapias alternativas. Optaram por desenvolver algo em torno do uso das plantas medicinais, decidindo por criar em Rio Verde um espaço no qual pudessem resgatar saberes populares por meio da utilização de remédios caseiros.

Conforme assinala trecho da cartilha “esse trabalho foi crescendo e a cada encontro as pessoas traziam de casa mudas de plantas, sementes, garrafas esterilizadas, receitas; aos poucos, os nobres ideais comunitários foram crescendo em todos os envolvidos. Nesse ambiente surgiu o Movimento Popular Planta e Vida de Rio Verde” (MOPORV, s/d, p. 06). Como entidade sem fins lucrativos, a contribuição cobrada pelos remédios constituía uma taxa simbólica, apenas para comprar materiais de uso para manipulação dos remédios. Também era atribuição dos integrantes do MOPORV visitas aos bairros periféricos da cidade tanto para o ensino quanto para a aprendizagem de remédios caseiros, o incentivo ao plantio de ervas medicinais e de verduras para o sustento da família. Essa história narrada na cartilha é recontada nos projetos de visitas das escolas, conforme verbalização de uma participante “Eu me lembro que ela disse que começou com um grupo da igreja e aí nesse grupo foi crescendo, foi crescendo, e aí viram que funcionou e mais pessoas começaram a investir, e já ganharam um espaço cedido pela igreja São Sebastião, se eu não estou enganada e aí foi onde que gerou tudo e cada vez mais, eles até na época, eles estavam começando a mandar para outras cidades”.

Ao fazer um mergulho no relato histórico da cartilha do MOPORV, percebe-se que com o passar do tempo ocorreu uma ênfase nas ações comerciais realizadas em detrimento de aspectos relacionados à luta ou aos aspectos caracterizadores do âmbito político do movimento e que se alinham aos saberes que foram socialmente construídos na prática comunitária proposta inicialmente como mote de sua fundação. Conforme ilustra uma participante “Quando eu falei assim, olha nós vamos conhecer um lugar tal, que lá fabrica, lá constrói, lá confecciona; além de ser algo que tem vários tipos de plantas, canteiros, eles também fabricam produtos para vender! Então lá é um mercado! Sabe? Então eles não tinham aquela, aquela noção nenhuma, nenhuma, então, tudo que eles viram, pra eles, foi novidade”.

Nota-se que o MOPORV em suas ações cotidianas estabelece contribuições educativas, produz resignificação nas esferas ambientais e nos saberes populares, e ao mesmo tempo que atua comercialmente também mantém o caráter distintivo de um movimento ambiental, popular e educativo. Todavia, essa ênfase de atuação nos aspectos comerciais pode enfraquecer o caráter sociopolítico do movimento, uma vez que amplia a distância de um projeto social pelo qual se organiza, pois “[...] um projeto, sob a forma de uma visão de mundo, seja entre as assessorias ou as lideranças, dão sentido e direção ao movimento” (GOHN, 1997, p.260). Nesse sentido, é importante o fortalecimento do MOPORV enquanto instância de movimento popular, observando Arroyo (2013) para quem os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógico a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação.

No núcleo “O papel do MOPORV no processo ensino-aprendizagem”, destaca-se as atividades pedagógicas em contextos não formais, suas possibilidades e seus limites, observando algumas narrativas que reconhecem o ato educativo dos movimentos sociais. Conforme verbalização de uma participante “nós tínhamos nosso conteúdo plantas medicinais, então eu pensei em não somente falar

para a criança o que é planta medicinal, porque as vezes você fala e ela não tem entendimento do que é planta medicinal, o que a criança entende do que é planta medicinal? Chazinho de canela, chazinho de camomila, mas na verdade ela não sabe na verdade para que serve aquilo. Então eu decidi aprofundar, para ampliar o conhecimento deles, e disso a gente pode fazer várias coisas bacanas, então eu fiz o contato com o MOPORV para ver se era possível uma visita”.

Dentre as razões elencadas pelas participantes tem-se a constituição de um espaço educativo não formal, o acervo diversificado de plantas medicinais do MOPORV e o fato de constituir patrimônio cultural da cidade. O desenvolvimento de um projeto envolvendo o MOPORV integra e complementa o processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar, utilizando os saberes diversos daí advindos para estabelecer esquemas de simulação entre saberes comunitários e os conteúdos curriculares encontrados nos livros e apostilas, tais como os de Ciências e Biologia. A possibilidade de unir a teoria à prática é considerado bastante enriquecedora para os alunos, segundo relata uma participante “[...] essa união facilita ainda mais a aprendizagem dos meninos, pois falar de planta é uma coisa, você vê a planta na prática, ouvir da pessoa que cultiva para que ela serve, a criança pegar a folhinha, poder cheirar, ver como ela é cultivada é diferente, isso amplia o conhecimento delas. Então esse era o meu objetivo, amplitude de conhecimento para os alunos”. Conforme esse relato é preciso refletir sobre a formação de professores como um processo que promove a humanização.

Quando se defende que a especificidade do trabalho docente refere-se ao ensino, entende-se que ensinar não é apenas transmitir informações, mas proporcionar ao aluno o acesso a construção histórica, social e cultural produzida pela humanidade e as habilidades cognitivas que possibilitam o conhecer, destacando a capacidade de estabelecer relações, de construir sínteses e de refletir criticamente. O rompimento com a compreensão de uma educação ilhada e isolada é possibilitado quando se compreende a educação como o processo autoformativo da sociedade (STRECK, 2006, pag. 103), possibilitando uma relação umbricada da escola com as experiências que acontecem no seio dos movimentos sociais. Nesse sentido, Streck (2006) esclarece que a grande lição deixada pelos

movimentos sociais para a educação é a de inserir as práticas educativas na dinâmica marcadamente contraditória e diversa da sociedade, contrapondo-se a uma ótica, ainda hegemônica, de tornar o espaço pedagógico preservado dos conflitos, da diversidade e das tensões da sociedade. Corroborando esse entendimento uma participante assinala que “com o MOPORV o aluno pode sair do muro da Escola e isso enriquece muito o crescimento dele”.

As docentes participantes da presente pesquisa consideram o MOPORV um espaço de ensino-aprendizagem que possibilita aliar teoria e prática no que se refere à temática plantas. Para Gohn (2011) a educação não se resume a educação escolar, realizada na escola propriamente dita, uma vez que existe aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, os quais são denominados pela autora de educação não formal. Segundo Fuhrmann e Paulo (2014) a formação integral, composta pela educação formal, não formal e social, se tece por meio de uma complexa articulação entre saberes e práticas educativas e em diversificados espaços de aprendizagem. As participantes utilizam do espaço do MOPORV como ambiente educacional não formal conforme descreve Gohn (2011), e ratificam os conteúdos desenvolvidos no espaço formal da sala de aula, ou seja, relacionar o que é ministrado na escola com a proposta dos conteúdos curriculares. Vale ressaltar que os movimentos sociais têm papel relevante na construção do conhecimento, uma vez que a presença deles no currículo escolar representa uma oportunidade de se construir aspectos humanizadores importantes, o que foi pouco considerado pelas docentes nas atividades desenvolvidas com o MOPORV.

Com relação ao terceiro núcleo de sentido “Os movimentos sociais na prática educativa e seus conflitos e seus desafios”, as participantes assinalam preconceitos, aspectos que envolvem a criminalização e a discriminação dos Movimentos Sociais e as dificuldades de construir ações pedagógicas no contexto escolar para o desenvolvimento de projetos envolvendo essa temática. Uma participante verbaliza a necessidade de considerar os movimentos sociais no projeto político pedagógico (PPP) da escola assinalando que “os movimentos sociais precisam fazer parte da construção do PPP da Escola para que quando você quiser fazer você não seja taxada

de petista". Essa constatação da participante coloca em evidência a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, o qual constitui uma forma de explicitar os objetivos de um curso e orientar estratégias, constituindo um instrumento de integração, de coordenação das ações dos diversos indivíduos envolvidos no processo coletivo.

Nesse contexto, é um documento que propõe uma direção política e pedagógica e possibilita dar um sentido, um rumo às práticas pedagógicas e as condições organizativas e metodológicas para a sua viabilização (LIBÂNEO, 1998). Tais aspectos estão expressos na Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96 cujo artigo 13 assevera que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e elaborar e cumprir plano de trabalho, o qual é balizado pela proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Outra participante acrescenta que ao propor trabalhar com o MOPORV teve boa aceitação no coletivo acadêmico pois "o MOPORV foi muito bem vindo porque está ligado a saúde, e ele não vai pra rua, ele não bate de frente com o governo, ele não bate de frente com os políticos [...] ele não está batendo de frente com nenhum grande, nem na agricultura, nem nos políticos, nem nada. É um movimento popular em prol da saúde da população e não bate de frente com ninguém." E relata que "a escola é o lugar onde mais fala e mais ensina a democracia, e é onde você menos pode praticar".

Tais verbalizações são preocupantes uma vez que expõem a precariedade, lacuna ou mesmo ausência da formação dos professores para o trabalho e a interlocução com os movimentos sociais. Também denunciam o desprazo da comunidade escolar para contemplar temáticas tensionadas e com potência de gerar discussões que tangenciam aspectos tais como exclusão, pobreza, organização política entre outros elementos que requerem que o espaço pedagógico afaste-se de uma concepção romântica e preservada de conflitos (Streck, 2006). Essas poderões estão alinhadas com o apontamento de Melucci (2002) em relação aos movimentos sociais, o qual assinala que são como expressões de um conflito fazendo parte de um jogo de interesses antagônicos e por isso têm como resultado produzir mudanças no sistema; ressalta

ainda que existe uma forte tendência à criminalização dos movimentos sociais, descaracterizando-os como um ato de cidadania, resgate da dignidade e autoestima das classes populares.

Confirmando essa relação conflituosa as docentes entrevistadas mencionam aspectos que sinalizam para a criminalização dos movimentos sociais, percebidos como resultado de compreensões depreciativas, preconceitos velados e que rejeitam tais espaços. Segundo uma participante “[...]pode até gerar um conflito entre os pais, [...]então a gente vai, vai meio que por cima pra não gerar nenhum conflito”. Outra participante afirma que “não é tranquilo trabalhar com e sobre os movimentos sociais”, destaca o preconceito velado que envolve o trabalho com os movimentos sociais e assinala “eu acho que ainda tem muito aquele pré-conceito, eu acho que tem muita restrição, tem que trabalhar mais os movimentos na sociedade”.

Nota-se com esta pesquisa que as participantes desenvolvem projeto com o MOPORV, no entanto as práticas pedagógicas propostas limitam-se a abordagens relacionadas às plantas ou a assuntos correlacionados com a natureza. Outros aspectos que poderiam ser trabalhados a partir da inserção em um movimento popular, que tem transversalidade com aspectos históricos, sociais, políticos e ético-morais são evitados, uma vez que podem ser fonte de desgastes tanto entre colegas quanto com pais de alunos e comunidade externa. Freire (1997) assinala a necessidade de uma formação que também contemple espaços extracurriculares, incentivando a valorização de aspectos pulsantes da sociedade, fundamentando uma escola que oriente suas ações educacionais estudando a realidade social e o trabalho social. Nesses termos, aliar o movimento social à formação docente traz um benefício à educação, para a sua politização.

Importante salientar que trabalhar com os movimentos sociais no âmbito escolar possibilita explorar todas as suas matizes, o que inclui uma reflexão que pondere o que Streck (2006) advertiu, ou seja, o risco de idealização de movimentos sociais e do popular como entidades quase sagradas, portadoras da verdade e acima de crítica mas também a potência contrária desse entendimento ou seja, uma visão idealizadora que procura deturpar os movimentos sociais,

especialmente os populares, desqualificando-os e conotando-os como promotores de desordem e de crimes.

Faz-se necessário que as escolas repensem suas práticas pedagógicas desde o início do ano letivo no momento em que estão definindo as ações do Projeto Político Pedagógico, favorecendo assim as intervenções significativas e garantindo a eficácia do desenvolvimento de temáticas envolvendo os movimentos sociais. Uma das professoras entrevistadas percebeu, durante a pesquisa a necessidade de repensar sobre os movimentos sociais: “você acendeu a luz e algumas coisas que vou desenvolver com meus alunos, com certeza vou explorar mais a formação dos movimentos e as contribuições que eles trazem para a escola”. Aspecto que exigirá pensar os conteúdos numa perspectiva crítica, política e social, sistematizando novos saberes e estimulando o diálogo entre os diversos atores que compõem a sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a presente pesquisa observou-se uma carência de estudos que busquem relacionar a temática dos movimentos sociais e a educação. Notou-se na verbalização das docentes pesquisadas uma dificuldade em desenvolver aspectos sociopolíticos envolvendo os movimentos sociais e uma concepção que ainda alinha os movimentos sociais a algo ilegal e não merecedor de integrar propostas de currículos educacionais, embora seja previsto por lei específica o desenvolvimento de atividades com tais conteúdos. Também observou-se com o presente estudo, a importância de desenvolver projetos com a temática dos movimentos sociais concebidas com estratégias didático pedagógicas construídas coletivamente e previstas nos projetos políticos pedagógicos. Observou-se nas docentes uma preocupação com as aproximações da relação entre teoria e prática, as quais atravessaram boa parte de suas verbalizações, e indicam que tais aspectos forjam o processo de formação docente.

Cabe destacar que a pesquisa também evidenciou a importância do fortalecimento político do MOPORV, uma vez que percebeu-se que com o passar do tempo ocorreu uma ênfase nas

ações comerciais realizadas em detrimento de aspectos relacionados à luta ou ao contexto ideológico e político que alicerçaram, em certa medida, sua fundação.

Os elementos apresentados com a presente pesquisa nos convoca a propor uma agenda futura de pesquisas que visem explorar a temática dos movimentos sociais e a educação, buscando investigar aspectos tais como o de desenvolver uma prática educativa tendo como objeto da construção do conhecimento os movimentos sociais

## Referências

- ARROYO, M. G. Reinventar a política: reinventar o sistema de educação. **Educação & Sociedade**, n. 124, 2013.
- BRAGA, G.E.S.; SANTOS, M.J.R. Mulheres Negras e Direitos Humanos: Educação Popular no giro do Esperançar. **Revista Direito e Práxis [online]**. 2021, v. 12, n. 4 [Acessado 20 Janeiro 2022] , pp. 2742-2757.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acessado em 24/01/2015.
- CRUZ, J. A. Movimentos sociais e práticas educativas. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 176–185, 2007. DOI: 10.5216/ia.v29i2.1412.
- DELARI JR., A. **Consciência e linguagem em Vigotski: aproximações ao debate sobre subjetividade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas- Faculdade de Educação, Campinas, 2000.
- FLEURI, R. M. A. **Questão do conhecimento na Educação Popular**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.
- FLICK, U. (2009). **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:**Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FUHRMANN, N.; PAULO, F.S. A formação de educadores na educação não formal pública. **Educação & Sociedade [online]**. 2014, v. 35, n. 127.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, M. G. M. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. **EccoS - Revista Científica**. São Paulo. V. II, n. 1, p. 23 – 38, janeiro-junho, 2009.

GOHN, M. G. M. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online]. 2006, vol.14, n.50, pp. 27-38. ISSN 0104-4036.

GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. In **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, T.P.S; VITORINO, D.C. **Educação Formal e não formal**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2017.

LAGE, A. **Educação e Movimentos Sociais:** Caminhos para uma pedagogia de luta. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LIBÂNEO, J. C. (1998). **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. – São Paulo:Atlas, 2010.

MELO,A.; D.M. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais **Eccos - Revista Científica**, Vol. 11, Núm. 1, enero-junio, 2009, pp. 141-156 Universidade Nove de Julho Brasil.

MELUCCI, A. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MENDES, A. M. (2007). Pesquisa em psicodinâmica do trabalho: a clínica do trabalho. In A. M. Mendes (Org.). Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. (pp. 65-87). São Paulo: Casa do Psicólogo.

OLIVEIRA, F. **Os protagonistas do drama**: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEI-RAS, S. (Org.). Classes e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1990.

PALUDO, C. Educação Popular Como Resistência e Emancipação Humana. Cad. Cedes, Campinas- vol. 35,n.96, p.219-238, maio-ago., 2015.

SANTOS, J.O. Práticas de letramento e interação sócio-cultural: um olhar sobre a experiência da Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2010.

STRECK, D. R. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. Série-Estudos. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, p. 99-112, jul./dez. 2006.

VERCELLI, L. C. A. Estação Ciência: Espaço educativo institucional não formal de aprendizagem. In: IV Encontro de Pesquisa Discente, 2011. IV Encontro de Pesquisa Dis-cente, 2011.

VIEIRA, V. Análise de espaços não formais e sua contribuição para o ensino de Ciências. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ZIBECHI, R. Territorios de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Cooperativa de Trabajo Lavaca Ltd, 2008.

Recebido em: *Agosto/ 2022*.

Aprovado em: *Janeiro/ 2023*.